



ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS

PRÓ-OUTEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei e dos Estatutos o Conselho Fiscal desta Associação vem submeter à apreciação da Assembleia de Associados o seu parecer sobre o relatório de gestão e contas elaborado pela Direção, relativamente ao exercício de 2016, compreendendo, estas últimas, as demonstrações financeiras e económicas.

Da nossa análise às contas, resultaram os seguintes factos:

Situação Financeira

De acordo com os dados disponíveis, verifica-se que:

- A **solvabilidade** da AMPO, situada em 2.09, reflete um baixo risco para os credores da instituição, dado que os capitais próprios são suficientes para fazer face às dívidas a terceiros e a organização detém uma significativa margem de segurança.
- A **autonomia financeira** da AMPO, medida a parcela do ativo líquido que é financiada por capitais próprios, situada em 0.6764, determina um nível significativo de independência da instituição face a capitais alheios, contribuindo para o reforço da sua capacidade negocial.
- A **liquidez geral**, situada em 0.78, reflete dificuldades de tesouraria que poderão não se fazer sentir de forma expressiva se considerarmos a rotação dos ativos, em especial os prazos médios de recebimento e de pagamento. Contudo, é desejável que, a fim de cumprir a regra do equilíbrio financeiro mínimo, a liquidez geral seja igual ou superior a um, situação que não ocorre.

Assim, podemos concluir que, apesar de se fazerem sentir dificuldades de tesouraria, a instituição poderá beneficiar de uma situação francamente credível nas suas relações com credores operacionais e financeiros.

Situação Económica

O equilíbrio da situação económica, traduzido por um resultado líquido favorável de cerca de 105.695,83 euros, foi alcançado, essencialmente, em razão do significativo aumento das contribuições financeiras extraordinárias que resultaram do movimento solidário da comunidade local, o que demonstra o quanto a Instituição depende de Instituições Externas o que por si só condiciona e de que maneira o funcionamento do dia-a-dia bem como projetar os investimentos da mesma.



ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS

PRÓ-OUTEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conclusões

Tendo em conta os principais aspetos acima referidos, recomenda-se:

1. Um plano de medidas a implementar para concluir os projetos associados ao legal funcionamento de novas respostas sociais e à obtenção do reforço das contribuições do ISS.
2. A necessidade de implementar um sistema de previsão e controlo dos impactos económicos e financeiros das valências, em atividade ou programadas, para melhor garantir a sustentabilidade económica das mesmas e das quais possam resultar indicadores económicos aceitáveis que não dependam tanto de rendimentos de carácter extraordinário.

Para além do acompanhamento desenvolvido com a periodicidade adequada, este Conselho Fiscal analisou o relatório de gestão e as demonstrações apresentadas pela Direção e concluiu que as mesmas satisfazem os requisitos legais, apresentam apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os resultados da condução, por parte do órgão de gestão, dos recursos a ele confiados.

Pelas razões sucintamente expostas o Conselho Fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Contas de Exercício referentes ao ano de 2016, o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados.

Oliveira de Azeméis, 30 de março de 2017

O Conselho Fiscal

Presidente: João Mesquita

1º Vogal: Jaime Marques

2º Vogal: La-Salette Vieira